



ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Apresentação</i>	XV
Parte I – À GUISA DE UMA INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1. Das Garantias Constitucionais da Isonomia, da Tutela Jurisdicional Efetiva e da Duração Razoável do Processo nos Juizados Especiais Cíveis	7
1.1. Garantia da isonomia.....	9
1.1.1. Garantia de isonomia no direito processual civil brasileiro	12
1.1.2. A Fazenda Pública e a garantia da isonomia no processo.....	13
1.1.2.1. A Fazenda Pública é pessoa jurídica de direito público.....	14
1.1.2.2. A Fazenda Pública é protetora do interesse público e é realizadora do bem comum.....	14
1.1.2.3. A Fazenda Pública é litigante habitual	18
1.1.2.4. A Fazenda Pública precisa ser protegida de alguns dos seus procuradores.....	20
1.1.2.5. Da (in)constitucionalidade das prerrogativas processuais da Fazenda Pública	21
1.1.3. Garantia de isonomia nos Juizados Especiais Cíveis	22
1.1.3.1. A garantia da isonomia e a incapacidade de ser parte nos Juizados Especiais Cíveis	24
1.1.3.2. Outras questões relativas à garantia da isonomia nos Juizados Especiais Cíveis	26
1.2. Garantia da tutela jurisdicional efetiva	28
1.2.1. Dos instrumentos de tutela adequados.....	30
1.2.2. Dos meios probatórios adequados	31
1.2.3. Da satisfação da parte vitoriosa	32
1.2.4. Do mínimo dispêndio de tempo e de energia	32
1.2.5. Garantia da efetividade nos Juizados Especiais Cíveis	33
1.3. Garantia da duração razoável do processo	34
1.3.1. Da complexidade da causa	37
1.3.2. Do comportamento das partes	37
1.3.3. Do comportamento das autoridades	39
1.3.4. Da duração razoável do processo	39

1.3.5. Garantia da duração razoável do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	40
Capítulo 2. Da Ausência de Norma Criadora/Regulamentadora dos Juizados Estaduais para o Poder Público estadual, Distrital e Municipal.....	43
2.1. Da competência legislativa	44
2.1.1. Competência legislativa privativa	45
2.1.2. Competência legislativa concorrente.....	47
2.1.2.1. Dos limites da competência legislativa concorrente.....	47
2.1.2.2. Da distinção entre processo e procedimento.....	50
2.1.3. Casuística: competência privativa e concorrente.....	57
2.2. Da necessidade de norma específica.....	60
2.3. Da ausência de norma estadual.....	61
Parte 2 – JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS	65
Capítulo 1. Características Gerais dos Juizados Especiais para a Fazenda Pública Estadual, Distrital e Municipal	67
1.1. Da criação dos Juizados Especiais Fazendários.....	67
1.2. Da escolha do procedimento	71
1.3. Processo ou procedimento. Aplicação subsidiária de outros diplomas legais	73
1.4. Dos princípios informadores	74
1.4.1. Oralidade	74
1.4.2. Simplicidade e informalidade.....	74
1.4.3. Economia processual	74
1.4.4. Celeridade.....	75
Capítulo 2. Jurisdição e Competência.....	77
2.1. Da organização judiciária.....	78
2.1.1. Juiz togado	78
2.1.2. Turmas Recursais.....	78
2.1.3. Juizes leigos e conciliadores.....	78
2.2. Da competência por pessoa, por matéria e pelo valor da causa	81
2.3. Da competência territorial.....	85
2.4. Da competência para execução	85
2.5. Outras questões relativas à competência.....	86
2.6. Da limitação temporária da competência dos Juizados Especiais Fazendários	86
2.7. Dos procedimentos especiais	87
Capítulo 3. Sujeitos Processuais	89
3.1. Das partes	90
3.1.1. Parte ativa	90
3.1.2. Parte passiva	91
3.1.3. Exclusões.....	92
3.1.4. Pessoas físicas cessionárias de pessoas jurídicas	95
3.1.5. Do condomínio residencial e do espólio.....	96
3.2. Dos representantes das partes.....	97
3.3. Do litisconsórcio	98

3.4. Dos procuradores e do Ministério Público.....	99
3.5. Da intervenção de terceiros.....	102
Capítulo 4. Dos Atos Processuais.....	107
4.1. Da comunicação dos atos processuais.....	108
4.2. Do tempo de prática de atos processuais.....	110
4.3. Das nulidades processuais.....	110
Capítulo 5. Do Procedimento.....	111
5.1. Da petição inicial.....	112
5.2. Da sessão de conciliação e do juízo arbitral.....	114
5.3. Das respostas do réu.....	116
5.3.1. Da contestação.....	116
5.3.2. Das exceções.....	117
5.3.3. Da reconvenção e do pedido contraposto.....	117
5.3.4. Da revelia e de seus efeitos.....	117
5.4. Da audiência de instrução e julgamento.....	119
5.5. Das provas.....	120
5.6. Das questões incidentes.....	123
5.7. Do registro dos atos.....	123
5.8. Da sentença.....	123
5.9. Do procedimento sem audiências.....	125
Capítulo 6. Dos Recursos e outros Meios de Impugnação das Decisões.....	127
6.1. Da competência para julgamento dos recursos.....	128
6.2. Dos requisitos de admissibilidade dos recursos.....	128
6.2.1. Do cabimento.....	129
6.2.2. Dos prazos.....	129
6.2.3. Do preparo.....	129
6.2.4. Da regularidade formal.....	130
6.3. Dos efeitos dos recursos.....	130
6.4. Do cabimento do recurso adesivo.....	130
6.5. Dos recursos em espécie.....	131
6.5.1. Do recurso inominado.....	131
6.5.2. Do agravo.....	132
6.5.3. Dos embargos de declaração.....	133
6.5.4. Do recurso especial.....	134
6.5.5. Do recurso extraordinário.....	135
6.5.6. Da uniformização de jurisprudência.....	135
6.5.6.1. Do <i>amicus curiae</i> na uniformização de jurisprudência.....	138
6.6. Do reexame necessário.....	139
6.7. Dos outros meios de impugnação das decisões judiciais.....	140
Capítulo 7. Da Execução.....	143
7.1. Do título executivo.....	144
7.2. Do cumprimento das obrigações específicas.....	145

7.3. Do cumprimento de obrigação de pagar quantia certa.....	146
7.4. Das impugnações	147
Capítulo 8. Disposições Gerais	149
Anexo	151
Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009	151
Bibliografia	155